



DESAFIOS DA GESTÃO CORPORATIVA EM ASPECTOS DE *ENVIRONMENTAL SOCIAL*
AND GOVERNANCE EM EMPRESAS DA AMÉRICA LATINA

CHALLENGES OF CORPORATE MANAGEMENT IN ASPECTS OF ENVIRONMENTAL SOCIAL AND
GOVERNANCE IN COMPANIES AT LATIN AMERICAN

Rochele Ferreira da Silva¹
<https://orcid.org/0000-0002-3340-3856>

Lucas Veiga Avila²
<https://orcid.org/0000-0003-1502-258X>

Recebido em: 04 mar. 2024

Aceito em: 21 maio 2024

Como citar este artigo: DA SILVA, R. F. da S.; VEIGA AVILA, L. Desafios da gestão corporativa em aspectos de environmental social and governance em empresas da América Latina: Challenges of corporate management in aspects of environmental social and governance in companies at Latin American. **Revista Visão: Gestão Organizacional**, Caçador (SC), Brasil, v. 13, n. 1, p. e3430-e3430, 2024. DOI: 10.33362/visao.v13i1.3430. Disponível em: <https://periodicos.uniarp.edu.br/index.php/visao/article/view/3430>.

Resumo: Neste artigo, realizamos uma pesquisa com o objetivo de analisar, avaliar e compreender de maneira abrangente os múltiplos aspectos relacionados à dimensão Ambiental (ambiental), Social (social) e Governança (governança corporativa) em empresas sediadas na região da América Latina. Quanto ao método, classifica-se como um estudo documental, qualitativo e descritivo. A coleta foi realizada no relatório avanços e desafios da gestão corporativa em aspectos de ESG na América Latina de 5.200 empresas sediadas em 52 países. Para garantir a robustez das informações coletadas, foram utilizadas várias fontes de dados, incluindo relatórios anuais, relatórios integrados, relatórios de sustentabilidade e informações disponíveis online. Destaca-se que os relatórios analisados abrangem o período de julho de 2019 a junho de 2020. A análise abrangente dos dados, conduzida por meio de técnicas de análise proporcionou insights importantes sobre a divulgação de práticas sustentáveis nas empresas da norma denominada N100. Um resultado notável revelado por esse estudo foi que o Relatório GRI (Global Reporting Initiative) foi amplamente utilizado, com uma impressionante taxa de adoção de 95% entre as empresas. Essa alta taxa de uso ressalta a crescente importância da divulgação por meio de relatórios de sustentabilidade como uma

¹ Mestra em Ciências Contábeis pela Universidade Federal de Santa Maria. E-mail: rocheleferreira.s@gmail.com.

² Doutor em Administração. Professor permanente do Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção. Universidade Federal de Santa Maria. E-mail: lucas.avila@ufsm.br.

prática essencial para as empresas. Esses resultados demonstram o reconhecimento generalizado da necessidade de comunicar de forma transparente os impactos sociais e ambientais, ressaltando o compromisso das organizações em direção a uma abordagem mais sustentável.

Palavras-Chave: Responsabilidade social corporativa (RSC), Relatórios de *environmental social and governance* (ESG), América Latina.

Abstract: In this research study, we carried out an extensive and detailed investigation with the goal to analyze, evaluate and comprehend in a vast way the multiple aspects related to the Environment (environment), Social (social) and Governance (corporate governance) in companies based in the Latin America region. In terms of the method it is classified as a documentary study, qualitative and descriptive. The data collection was carried out in the report “Advances and challenges in the corporate management in aspects of ESG in Latin America in the period of September 2021 from 5.200 companies based in 52 countries. To secure the strength of the information collected, various sources were used, including annual reports, integrated reporting, sustainability reports and information available online. It’s emphasized that the reports analyzed cover the period from July 2019 to June 2020. Extensive data analysis, conducted through content analysis techniques, provided significant insights about the diffusion of sustainable practices in N100 companies. A remarkable result revealed by this study was that the GRI Report was widely used, with an impressive 95% donation fee among the 2.668 verified companies. This high usage rate emphasizes the growing value of exposure through sustainability reports as an essential practice for companies. It exhibits the widespread recognition of the need to communicate transparently about the social and environmental impacts, reinforcing the organizations’ commitment towards a more sustainable approach.

Keywords: Corporate social responsibility (CSR), Environmental reports, social and governance (ESG), Latin America.

INTRODUÇÃO

O desenvolvimento sustentável emerge como uma fonte potencial de sucesso, inovação e rentabilidade para as empresas (Baumgartner, 2013; Rossgnoli; Oliveira, 2019). As organizações almejam criar estruturas sólidas que lhes permitam identificar oportunidades e ameaças, bem como desenvolver, implementar, monitorar e aprimorar estratégias de sustentabilidade corporativa, visando aprimorar suas práticas e tornarem-se mais sustentáveis.

Uma das abordagens adotadas pelas empresas para promover o desenvolvimento sustentável é o investimento em ativos que incorporam critérios ambientais, sociais e de governança (Environmental, Social and Governance - ESG) em suas práticas de investimento. O investimento ESG concentra-se em avaliar dimensões não puramente financeiras do desempenho de uma ação, abordando de forma específica o impacto da empresa em questões ambientais, sociais e de governança (Van Duuren; Plantinga; Scholtens, 2015).

A importância crítica das dimensões ESG para a sociedade tem sido enfatizada por meio da divulgação de informações pelas empresas em relatórios corporativos, que, na maioria dos casos, são voluntários em muitos países, mas obrigatórios em outros (De Silva; De Silva Lokuwaduge, 2020; Lu, 2016).

Essas narrativas não financeiras são geralmente agrupadas em publicações conhecidas como: Relatório Anual, Balanço Social, Relatório de Responsabilidade Social Corporativa, Relatório de Sustentabilidade, Relato Integrado, entre outros (Abdul Rahman; Alsayegh, 2021; Lu, 2016).

Um dos desafios mais urgentes enfrentados pelas empresas na América Latina é o risco climático. As mudanças climáticas têm causado impactos significativos, como eventos climáticos extremos, aumento da temperatura média e escassez de recursos naturais, que afetam diretamente as atividades empresariais. Além dos impactos físicos, o risco climático também está relacionado às mudanças regulatórias, às expectativas dos investidores e às demandas dos consumidores por produtos e serviços mais sustentáveis.

Nesse sentido, os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) estabelecidos pela ONU se apresentam como um quadro de referência fundamental para as práticas empresariais na América Latina. Os 17 ODS abrangem uma ampla gama de desafios, como erradicação da pobreza, igualdade de gênero, energia limpa e ação climática. As empresas que se alinham aos ODS têm a oportunidade não apenas de contribuir para a solução desses desafios, mas também de fortalecer sua reputação, acessar novos mercados e obter vantagens competitivas (Valencia-Arias; Marulandia-Valencia, 2019).

Antecipa-se que os desdobramentos da presente pesquisa possam desempenhar um papel crucial na disseminação e promoção dessas temáticas nos países latino-americanos, levando em consideração suas características distintivas, desafios peculiares e possibilidades de crescimento inerentes aos aspectos investigados neste estudo.

Nos últimos 5 anos temos mais de 69.100 artigos publicados com foco em ESG. Diante desse panorama, pode-se destacar que, os principais estudos são focados nas áreas de relatórios de sustentabilidade com divulgações relacionadas ao clima e estudos acadêmicos com foco em divulgação da ESG de acordo com Task Force on Climate-Related Financial Disclosures (TCFD) e Fórum Econômico Mundial, a MSCI ESG Research. Este artigo, busca trazer para o contexto inovar o atual cenário das empresas da AML, correlacionando com os 52 países estudados neste artigo.

O artigo está estruturado em quatro seções distintas. Além desta introdução, a próxima seção consiste no embasamento teórico, que se concentra na responsabilidade social corporativa, no desenvolvimento do tema na América Latina. A terceira seção aborda as técnicas metodológicas adotadas e os procedimentos empregados na seleção da amostra. Na quarta seção, são apresentados os resultados e análises obtidos por meio da pesquisa. Por fim,

são apresentadas as considerações finais e recomendações para investigações futuras.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 ENVIRONMENTAL, SOCIAL E GOVERNANCE (ESG)

Apesar da existência do conceito de ESG há décadas, remontando à década de 1950, somente no início da década de 2010 as questões ESG começaram a ser gradualmente levadas a sério pelas empresas (Gao *et al.*, 2021). O sistema de avaliação ESG é composto por três dimensões principais: Meio Ambiente, Sociedade e Governança, as quais representam, respectivamente, a responsabilidade ambiental, social e de governança corporativa das empresas. A responsabilidade ambiental enfoca principalmente a melhoria do desempenho ambiental das empresas em suas atividades de produção e operação, bem como a redução do impacto ambiental por unidade de produção (Brooks; Oikonomou, 2018). Um exemplo concreto seria a adoção de práticas de ecoeficiência, que visam promover uma sinergia entre a economia e o meio ambiente. Nesse caso, o objetivo é reduzir os custos por meio do aumento da eficiência no uso de recursos (materiais e energéticos), bem como pela diminuição da geração de resíduos e emissões de gases, criando assim uma abordagem que busca benefícios mútuos para a organização.

O ESG é um indicador fundamental de desempenho não financeiro. Investidores que adotam a abordagem de investimento socialmente responsável reconhecem que os fatores ESG fornecem uma visão do desempenho de longo prazo das empresas (Gao *et al.*, 2021). A relevância da incorporação dos fatores ambientais, sociais e de governança (ESG) nas atividades empresariais é destacada por Eliwa *et al.* (2021), cujo estudo apoia a ideia de papéis complementares entre comunidades, mercado e Estado, mostrando que o mercado desempenha um papel significativo na motivação das empresas para implementar práticas ambientais, sociais e de governança.

Existe um crescente reconhecimento dos laços entre sociedade e meio ambiente, o que resulta em novas exigências por parte dos diversos *stakeholders*, como clientes, comunidades locais, reguladores e instituições financeiras, que buscam melhorar suas próprias atividades e, ao mesmo tempo, promover o bem-estar das comunidades em que estão inseridos (Dinu, 2010; Nitescu; Cristea, 2020). Atualmente, existem vários sistemas de avaliação ESG maduros em todo o mundo, merecendo destaque alguns exemplos, como MSCI, Thomson Reuters, FTSE Russell, Goldman Sachs, entre outros.

A Governança, como parte integrante do ESG, desempenha um papel de extrema importância. Especificamente, a governança corporativa é fundamental para o futuro das

organizações (Viana *et al.*, 2022). A relação entre governança corporativa e desempenho, considerando as interações entre desempenho corporativo, estrutura de capital e estrutura de propriedade, confere consistência às empresas em um ambiente competitivo (Bhagat; Bolton, 2008; Viana *et al.*, 2022). A governança corporativa mantém a estabilidade do desempenho e crescimento financeiro, abrangendo aspectos éticos nos negócios, transparência na divulgação de informações e prestação de contas (Aboud; Diab, 2018).

2.2 O IMPACTO DA RESPONSABILIDADE SOCIAL CORPORATIVA NAS PRÁTICAS AMBIENTAIS, SOCIAIS E DE GOVERNANÇA NA AMÉRICA LATINA

A Responsabilidade Social Corporativa (RSC) está diretamente relacionada às práticas ambientais, sociais e de governança nas empresas da América Latina. Segundo Conceição *et al.* (2011), empresas listadas nas bolsas de valores e que atuam em setores regulamentados têm sua RSC influenciada por fatores ligados ao desempenho econômico-financeiro e social. Um desempenho positivo na distribuição de riqueza, um impacto tributário significativo e o uso de recursos de terceiros, como o endividamento, podem contribuir para uma melhor comunicação do desempenho em RSC das empresas.

Segundo Yoon, Lee e Byun (2018) o ESG é amplamente utilizado pelo mercado como uma métrica não financeira para avaliar o comprometimento e as ações das empresas em relação aos aspectos ambientais, sociais e de governança corporativa. O ESG possui a vantagem de mensurar as práticas de Responsabilidade Social Corporativa (RSC) de uma organização, permitindo avaliar se as empresas adotam práticas ambientalmente sustentáveis, demonstram preocupação com seus *stakeholders* e seguem boas práticas de governança corporativa. (Iamandi *et al.*, 2019).

Existem diversos exemplos práticos que ilustram cada uma das três dimensões do ESG. No que diz respeito ao meio ambiente, as empresas podem demonstrar preocupação com as mudanças climáticas, adotar medidas para o uso consciente da água e energia, e trabalhar na redução das emissões de carbono. Na dimensão social, as organizações podem se preocupar com o ambiente de trabalho dos colaboradores, garantir os direitos humanos em suas operações, oferecer produtos seguros e priorizar a preservação da saúde e segurança. Já no âmbito da governança corporativa, é importante que as empresas adotem práticas que promovam a independência do conselho, combatam a corrupção e o suborno, melhorem a qualidade dos relatórios e divulgações, e protejam os interesses dos acionistas (Galbreath, 2013).

De acordo com Atkins (2020), as questões relacionadas ao ESG foram mencionadas pela primeira vez no relatório "Princípios para Investimento Responsável" (Principles for Responsible Investment - PRIs) das Nações Unidas em 2006, que inclui o Relatório Freshfield e

"Who Cares Wins". Segundo Yoon, Lee e Byun (2018), esse relatório recomenda que as práticas ESG sejam consideradas fatores-chave nas avaliações financeiras das empresas, servindo como referência para as tomadas de decisões dos usuários.

É amplamente reconhecido que a dimensão social é o elo mais vulnerável do desenvolvimento sustentável. Portanto, é essencial promover uma maior integração entre as dimensões "ambiental" e "social", principalmente em termos de suas bases teóricas e analíticas (Lehtonen, 2004). Para alcançar a sustentabilidade nas organizações, é crucial que todos os elos estejam bem, incluindo o aspecto financeiro, que depende do bom desempenho das dimensões social e ambiental. Em apoio a Lehtonen (2004), Careon e Silva (2010) conduziram um estudo com 32 micro e pequenas empresas na cidade de São Paulo - SP. Eles constataram que essas empresas enfrentam dificuldades na implementação dos conceitos de sustentabilidade, com a dimensão social sendo a mais problemática.

Um dos principais motivos é a falta de conhecimento dos colaboradores sobre os conceitos de sustentabilidade, além da falta de interesse e da percepção de que esses esforços são desnecessários, uma vez que não afetarão os resultados financeiros da organização. Isso ressalta a necessidade de educar todos os *stakeholders* durante a implementação dessa abordagem. O Quadro 1 de North (1992) apresenta as vantagens de incorporar práticas sustentáveis no ambiente empresarial.

Quadro 1 — Vantagens e Benefícios

Benefícios Econômicos
Economia de custos; Economia devido à redução de água, energia e outros insumos; Economias devido a reciclagem, venda e aproveitamento de resíduos; Redução de multas e penalidades por poluição.
Benefícios de receitas
Aumento da construção marginal de "produtos verdes" que podem ser vendidos a preços mais baixos; Aumento na participação no mercado devido a inovação dos produtos e menos concorrência; Linhas de produtos para novos mercados; Aumento da demanda para produtos que contribuam para a diluição da população.
Benefícios Estratégicos
Melhoria da imagem institucional; Renovação de portfólio de produtos; Aumento da produtividade; Redução de multas e penalidades por poluição; Alto comprometimento do pessoal; Melhorias na relação do trabalho; Melhoria e criatividade para novos desafios; Melhoria e criatividade para novos desafios; Melhoria nas relações com órgãos governamentais, comunidade e grupos ambientais; Acesso assegurado ao mercado externo; Melhor adequação aos padrões ambientais.

Fonte: North, K. (1992)

Conforme destacado no Quadro 1, a implementação de uma metodologia sustentável traz benefícios significativos para as organizações, tanto em termos de gestão como em

aspectos econômicos. Isso ressalta a importância de adotar uma abordagem atualizada e inovadora que utilize a sustentabilidade como um diferencial competitivo, colhendo assim seus benefícios e vantagens para o sucesso das empresas no futuro. Para compreendermos melhor essa questão da sustentabilidade, é necessário explorar de forma mais detalhada a interconexão entre os três pilares: ambiental, financeiro e social.

De acordo com a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas, o risco climático se refere às alterações no clima, diretamente ou indiretamente atribuídas às atividades humanas, que podem causar modificações na composição da atmosfera global.

A divulgação de informações confiáveis sobre o impacto das mudanças climáticas nos resultados das empresas tem despertado interesse de diversos grupos, especialmente dos investidores. Isso torna os estudos e discussões sobre a transparência na divulgação das ações de mitigação de gases e dos relatórios sobre os riscos climáticos ainda mais urgentes. Battiston *et al.* (2017) expressaram preocupação em relação aos investidores institucionais e seus respectivos portfólios de investimentos, considerando que, em 2015, eles representavam 45% das ações em setores sensíveis à política climática, como combustíveis fósseis, serviços públicos, uso intensivo de energia, habitação e transporte, entre outros.

A gestão do risco climático tem como base a relação entre o desempenho climático de uma empresa e seu desempenho financeiro. Essa relação indica que os riscos climáticos afetam tanto o desempenho financeiro presente e passado quanto os riscos futuros, incentivando a avaliação e gestão desses riscos. As pesquisas que investigam a relação entre desempenho climático e desempenho financeiro compartilham configurações metodológicas semelhantes, incluindo o tipo de análise realizada e a variável dependente investigada, conforme apontado por Breitenstein, Dafermos e Monasterolo (2021).

Os resultados obtidos por Azmi *et al.* (2021) indicam que, no setor bancário de economias emergentes, apenas os fatores ambientais e climáticos são relevantes. Essa descoberta pode ser atribuída à crescente preocupação com o aquecimento global e à implementação dos Princípios do Equador, que estabelecem diretrizes ambientais para os bancos. Os acionistas podem estar mais interessados na consideração dos bancos em relação às questões climáticas ao fornecer capital para empresas. Além disso, com a introdução dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, os bancos desempenham um papel fundamental na busca dessas metas.

2.3 OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) são um conjunto de metas e objetivos estabelecidos para serem adotados pelos países, de acordo com suas prioridades individuais. Eles permitem que as empresas atuem em parceria global, guiando as escolhas

necessárias para melhorar a qualidade de vida das pessoas, tanto no presente quanto no futuro. Os ODS representam uma lista de tarefas a serem cumpridas por governos, sociedade civil, setor privado e todos os cidadãos, em busca de um futuro sustentável até 2030.

Em 2015, a Assembleia Geral das Nações Unidas adotou a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, visando orientar políticas públicas e inspirar atores sociais a promover o desenvolvimento sustentável em todo o mundo. Essa agenda é fundamentada em 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), acompanhados por 169 metas específicas, a maioria das quais deve ser alcançada até 2030 (Figura 2). Os ODS representam a tentativa mais abrangente e detalhada das Nações Unidas para promover o desenvolvimento sustentável, embora não sejam o primeiro esforço global na definição de metas nesse sentido (Biermann *et al.*, 2022).

Figura 1 — Objetivo de Desenvolvimento Sustentável



Fonte: ONU (2020).

Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) representam uma mudança histórica para a ONU, que busca integrar o desenvolvimento econômico e social com a sustentabilidade ambiental. Esses objetivos também simbolizam o esforço mais ambicioso até o momento para colocar o estabelecimento de metas no centro da política e governança globais (Biermann *et al.*, 2017).

Berning (2019) realizou um estudo investigando o papel das empresas multinacionais como potenciais forças motrizes no alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), com foco nas iniciativas sustentáveis da multinacional chinesa Huawei. As principais conclusões indicam que a empresa pode promover o desenvolvimento sustentável internacionalmente em três níveis diferentes: (1) por meio de seus produtos e serviços, (2) em suas operações comerciais e (3) por meio de suas contribuições sociais.

Examinando 81 empresas europeias e norte-americanas do Financial Times Global 500, Van Zanten e Van Tulder (2018) encontraram evidências de que as empresas multinacionais se envolvem mais com os ODS relacionados às suas operações internas em comparação com aquelas que estão fora de suas operações. Além disso, as empresas tendem

a priorizar os ODS que se concentram em "evitar danos" em vez daqueles que visam "fazer o bem". Essa tendência foi observada principalmente entre empresas de setores industriais com externalidades negativas.

Hummel (2019) explorou as características das empresas e os fatores institucionais associados ao relato dos ODS. Em um estudo com 600 empresas europeias durante os períodos de 2015, 2016 e 2017, identificou-se que a informação sobre ODS estava presente em 30% dos relatórios anuais, com nota média de qualidade de 3,5 em uma escala de 0 a 10. Os resultados mostraram que o desempenho de sustentabilidade de uma empresa e a inclusão no Índice Dow Jones de Sustentabilidade (DJSI) foram positivamente associados a todos os tipos de divulgação dos ODS. Além disso, o desempenho de um país nos ODS foi positivamente associado à probabilidade e qualidade da divulgação dos ODS, enquanto a existência de regulamentações de divulgação não financeira foi positivamente associada à prevalência geral dos tópicos dos ODS.

As empresas que operam em um contexto internacional, principalmente as corporações multinacionais, podem contribuir para o alcance do desenvolvimento sustentável, pois suas decisões gerenciais têm consequências econômicas, sociais e ambientais em escala global (Berning, 2019).

2.4 RELATÓRIO DE SUSTENTABILIDADE

O conceito de relatório de sustentabilidade tem sido amplamente discutido por especialistas em todo o mundo e é definido como o processo de comunicação dos impactos sociais e ambientais das atividades econômicas das organizações para grupos de interesse específicos na sociedade em geral (Petrescu; Vermeir; Pretrescu-Mag, 2020). Dessa forma, o relatório de sustentabilidade tem como objetivo demonstrar a contribuição das organizações para o desenvolvimento sustentável (Beyne; Visser, Allan, 2021).

Vários estudos relevantes sobre relatórios de sustentabilidade foram conduzidos por especialistas ao redor do mundo, abordando os fatores e níveis de adoção, bem como os efeitos positivos e negativos gerados por eles (Abhayawansa; Adams, 2021; Bebbington; Unerman, 2018; Bebbington; Unerman, 2020; Izzo *et al.*, 2020; Lloret, 2016; Morioka; de Carvalho, 2016; Nicolò *et al.*, 2022; Shoaf *et al.*, 2018; Silva, 2021; Thijssens *et al.*, 2016).

Contudo, os órgãos normativos relacionados à Sustentabilidade Internacional atualmente enfatizam a importância de incentivar as empresas a produzirem relatórios que forneçam informações consistentes e comparáveis sobre seus resultados de sustentabilidade (Abeysekera, 2022). Os relatórios de sustentabilidade oferecem benefícios que vão além dos riscos financeiros e incluem oportunidades para alcançar um desempenho exemplar em termos ambientais, sociais e de governança, além de estabelecer uma licença operacional.

Diversas iniciativas internacionais têm promovido a padronização de indicadores socioambientais referentes aos aspectos físicos e/ou financeiros das empresas. A *Global Reporting Initiative* (GRI) foi criada em 1997, nos Estados Unidos, com o objetivo de aprimorar a qualidade das informações socioambientais disponíveis e avaliar os riscos de desempenho das empresas. Posicionou-se como padrão internacional para o desenvolvimento de abordagens consistentes para relatar o desempenho socioambiental das empresas por meio de relatórios. A padronização e disseminação das diretrizes GRI ocorrem de forma voluntária.

Um relatório elaborado de acordo com as diretrizes da GRI aborda os três elementos inter-relacionados aplicáveis a uma organização: os aspectos social, ambiental e econômico de suas operações. Além disso, os indicadores propostos podem ser utilizados por qualquer instituição que tenha interesse em divulgar tais informações de acordo com as diretrizes recomendadas.

Todos esses esforços são empreendidos para permitir que o GRI cumpra sua missão de desenvolver e disseminar diretrizes para relatórios de aplicação global e estabelecer princípios amplamente adotados que promovam a harmonização internacional desse tipo de relatório. Isso, por sua vez, agrega valor tanto para a empresa quanto para seus usuários, aumentando a comparabilidade, consistência e utilidade do relatório (Woods-Ballard, 2003).

A elaboração do relatório de sustentabilidade empresarial, de acordo com a abordagem do *Global Reporting Initiative* (GRI), tem como objetivo permitir a comunicação abrangente do perfil da organização. Esse relatório engloba informações que estabelecem o contexto geral para a compreensão do desempenho organizacional, como estratégia, perfil e governança. Além disso, aborda a forma de gestão, fornecendo conteúdo que descreve como a organização lida com um conjunto específico de questões, a fim de contextualizar o desempenho em áreas específicas. Por fim, inclui indicadores de desempenho que oferecem informações comparáveis sobre a dimensão econômica, ambiental e social da organização (GRI, 2007).

Esses indicadores de desempenho são divididos em diferentes categorias, como práticas trabalhistas, direitos humanos, sociedade e responsabilidade pelo produto. Cada categoria contém informações sobre a forma de gestão e um conjunto correspondente de indicadores de desempenho essenciais e adicionais (GRI, 2007).

Os indicadores essenciais foram desenvolvidos por meio de processos multissetoriais conduzidos pelo GRI, com o objetivo de identificar indicadores amplamente aplicáveis e considerados relevantes para a maioria das organizações. Já os indicadores adicionais englobam práticas emergentes ou tratam de temas que podem ser relevantes para algumas organizações, mas não para outras (GRI, 2007).

Estudos realizados por Nikolaeva e Bicho (2011) sob a perspectiva da teoria da legitimidade e sustentabilidade empresarial confirmam argumentos teóricos indicativos de que

empresas mais visíveis estão sujeitas à pressão do público em geral para prestação de contas. Essa pressão resulta em ações de maior visibilidade, como a adoção das normas GRI e a comunicação do desempenho em sustentabilidade empresarial. Acredita-se que a disponibilidade desses relatórios pode resultar em uma exposição positiva da empresa na mídia e perante os consumidores.

A divulgação da sustentabilidade é um fator distintivo em setores altamente competitivos, promovendo a confiança dos investidores, a transparência nas práticas empresariais e a imagem positiva da organização perante os *stakeholders*.

Nesta direção, foi definida a seguinte hipótese de pesquisa:

H2: Existe transparência na apresentação dos impactos negativos nos relatórios corporativos sobre os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) resulta em uma visão parcial e otimista das contribuições das empresas, comprometendo a avaliação precisa do progresso e eficácia das ações voltadas para acabar com a pobreza, proteger o meio ambiente e garantir a paz e a prosperidade para todos.

3 MÉTODO DO ESTUDO

A análise dos dados foi conduzida seguindo a metodologia proposta por Bardin 2011, renomado pesquisador no campo da análise de conteúdo. Essa abordagem metodológica consiste em um processo sistemático e rigoroso de examinar, categorizar e interpretar o conteúdo dos dados coletados.

Nesse sentido, foram aplicadas as etapas definidas por Bardin, incluindo a pré-análise, a exploração do material, a categorização temática e a interpretação dos resultados. Tal metodologia proporciona uma estrutura sólida para a análise dos dados, permitindo uma compreensão aprofundada e abrangente dos padrões, tendências e significados subjacentes às informações obtidas (BARDIN, 2011).

Para a realização da análise de conteúdo, os relatórios de ESG passaram por uma minuciosa e metódica leitura, com o objetivo de identificar e categorizar os principais temas, conceitos, práticas e desafios relacionados às dimensões ambiental, social e de governança. Nesse processo, foram estabelecidas categorias e subcategorias pertinentes para a análise dos dados coletados. A análise foi conduzida de forma indutiva, ou seja, partindo dos dados específicos para a identificação de padrões, tendências e *insights* relevantes presentes nos relatórios. Esse método proporcionou uma compreensão aprofundada das informações contidas nos relatórios e contribuiu para a identificação de elementos-chave na temática do estudo.

O presente estudo adotou uma abordagem qualitativa, pois visa a compreensão e descrição de fenômenos complexos e multidimensionais relacionados às práticas ESG das

empresas latino-americanas. Por meio dessa abordagem, busca-se realizar uma análise aprofundada dos dados coletados, permitindo uma compreensão mais abrangente dos contextos e significados subjacentes às práticas ESG. Essa escolha metodológica possibilita uma exploração minuciosa dos aspectos qualitativos envolvidos, visando a uma compreensão mais aprofundada dos fenômenos estudados.

A presente pesquisa possui natureza descritiva e exploratória. Seu objetivo principal foi realizar a descrição e exploração dos resultados dos relatórios de ESG das empresas latino-americanas, visando identificar suas práticas ambientais, sociais e de governança. A pesquisa se dá por investigar e compreender as tendências, padrões e desafios que emergem das informações apresentadas nos relatórios. Com isso, buscou-se fornecer uma análise aprofundada e abrangente sobre o tema, contribuindo para a compreensão das práticas de ESG adotadas pelas empresas da região.

A pesquisa em questão consistiu na análise minuciosa dos relatórios de sustentabilidade publicados por empresas localizadas em sete países da América Latina, a saber: Argentina, Brasil, Colômbia, Costa Rica, Equador, México, Panamá e Peru. Para compor a amostra, foram selecionadas as 100 empresas de maior receita em cada país. No intuito de garantir a robustez das informações coletadas, foram utilizadas diversas fontes de dados, tais como relatórios anuais, relatórios integrados, relatórios de sustentabilidade e informações disponíveis online. Destaca-se que os relatórios objeto de análise foram divulgados no período compreendido entre julho de 2019 e junho de 2020.

Os dados foram adquiridos por meio da minuciosa análise dos relatórios de *Environmental, Social and Governance* (ESG) da renomada empresa KPMG, que são direcionados às empresas sediadas na América Latina. Esses relatórios são considerados uma fonte confiável e abrangente de informações que abordam as práticas relacionadas ao meio ambiente, aspectos sociais e governança adotadas por essas organizações. Visando assegurar a representatividade e relevância dos dados coletados, foi conduzida uma análise minuciosa dos relatórios de sustentabilidade publicados por empresas em sete países da América Latina, a saber: Argentina, Brasil, Colômbia, Costa Rica, Equador, México, Panamá e Peru. O objetivo principal deste estudo consistiu em compreender as principais tendências observadas nos mencionados relatórios, bem como identificar o nível de divulgação e integração das informações relacionadas à sustentabilidade nessas organizações.

Os relatórios analisados foram publicados no período de julho de 2019 a junho de 2020. Vale ressaltar que todas as informações utilizadas foram obtidas a partir de fontes públicas, uma vez que as empresas não forneceram dados diretamente para a KPMG que é uma das maiores empresas de serviços profissionais do mundo, fornecendo uma ampla gama de serviços nas áreas de auditoria, consultoria tributária e consultoria empresarial. Fundada em 1987, a empresa opera em mais de 150 países e possui uma extensa rede de profissionais

altamente qualificados. A KPMG é reconhecida por sua expertise em ajudar organizações a lidar com desafios complexos, oferecendo soluções inovadoras e orientação estratégica. Seus clientes incluem empresas de diversos setores, instituições financeiras, entidades governamentais e organizações sem fins lucrativos ou para este estudo.

Foram utilizadas as seguintes fontes de dados para a análise:

- a) Relatórios Anuais: os relatórios anuais das empresas foram examinados para identificar se há menção ou divulgação de informações relacionadas à sustentabilidade;
- b) Relatórios Integrados: foi verificado se as empresas adotaram a prática de elaboração de relatórios integrados, que abrangem aspectos financeiros e não financeiros, incluindo questões de sustentabilidade;
- c) Relatórios de Sustentabilidade: os relatórios específicos de sustentabilidade divulgados pelas empresas foram analisados em relação à sua estrutura, conteúdo e divulgação de informações relevantes;
- d) Informações Online: informações disponíveis nos sites das empresas foram examinadas para identificar qualquer divulgação adicional de práticas e iniciativas relacionadas à sustentabilidade.

É importante mencionar que esta pesquisa se baseou apenas em informações publicamente disponíveis e nos relatórios divulgados pelas empresas. Não foram consideradas informações confidenciais ou obtidas diretamente das empresas. Além disso, a análise foi restrita ao período de julho de 2019 a junho de 2020, e os resultados podem não refletir a evolução das práticas de sustentabilidade em períodos posteriores.

O resultado desta pesquisa visa evidenciar as tendências identificadas, o nível de divulgação e integração das informações de sustentabilidade nas empresas dos sete países observados. A análise dos relatórios mostra uma melhoria na cobertura de relatórios em alguns países ao longo do tempo, mas também identifica áreas onde a taxa de relatórios ainda é relativamente baixa.

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS

Neste artigo, analisamos os dados relacionados à biodiversidade na América Latina e regiões que se destacam pela riqueza de suas espécies. Países como Brasil, Colômbia, Costa Rica, Equador, México, Panamá e Peru figuram entre os 15 mais biodiversos do mundo. Contudo, preocupações emergem diante do Índice Vivo 2020 da WWF, que revela uma alarmante diminuição da biodiversidade na região conforme demonstrado nos resultados, em virtude da mineração, mudanças no uso da terra e desmatamento.

Essa problemática tem impellido tanto o setor público quanto a iniciativa privada a considerar a preservação da biodiversidade em suas decisões estratégicas. Notavelmente, empresas latino-americanas têm se destacado na divulgação transparente da perda de biodiversidade como um risco para seus negócios, em comparação com empresas de outras regiões. Os dados também indicam que as organizações da região estão à frente ao relatar os impactos de suas atividades comerciais de forma transparente (Miralles-Quiros *et al.*, 2017).

Esse crescente enfoque na biodiversidade e na transparência de divulgações sinaliza um comprometimento com a sustentabilidade e o desenvolvimento econômico mais responsável. Contudo, é crucial manter o foco na preservação ambiental e na adoção de práticas sustentáveis para garantir a conservação da biodiversidade e o bem-estar das gerações futuras. Nesta análise, exploramos os dados que respaldam tais tendências e a importância de medidas contínuas para enfrentar os desafios ambientais e promover um futuro mais promissor para nossa região (Albuquerque de Melo; Nóbrega Barbosa, 2023).

De acordo com os dados obtidos, elaborou-se a tabela 1 para melhor evidenciação inicialmente das taxas de divulgação de reportes sobre sustentabilidade na América Latina, trazendo os países de maior destaque em cobertura de relatórios.

Tabela 1 - Taxas de relatório na América Latina

Países	Taxa ano 2017	Taxa ano 2020	Definição
MEXICO	90%	100%	Melhoria significativa na cobertura de relatórios no país, alcançando a totalidade no último ano.
BRASIL	85%	85%	Isso sugere que o Brasil manteve uma consistência em sua cobertura de relatório ao longo desse período.
COLOMBIA	83%	83%	Não houve mudanças significativas na cobertura de reportagem nesse país durante esse período
ARGENTINA	-	83%	Isso indica uma melhoria notável na cobertura de reportagem na Argentina ao longo desses três anos
PERU	66%	81%	Essa melhoria sugere um esforço para aumentar a cobertura de relatório no país
PANAMA	-	60%	Embora tenha tido uma melhoria, a taxa ainda está abaixo da média em comparação com outros países
COSTA RICA	-	56%	Embora tenha sofrido um aumento na cobertura de relatório, a taxa ainda é relativamente baixa

EQUADOR	-	31%	Taxa extremamente baixa em comparação as demais.
---------	---	-----	--

Fonte: Elaboração própria.

Os países mencionados na tabela são citados porque desempenham um papel fundamental na análise das taxas de divulgação de relatórios sobre sustentabilidade na América Latina, representando uma amostra significativa da região. Cada país listado na tabela fornece informações valiosas sobre como as práticas de divulgação de sustentabilidade evoluíram ao longo do tempo e dentro de contextos nacionais diferentes.

Esta análise é crucial porque ajuda a lançar luz sobre a maneira como as empresas na América Latina abordam e comunicam suas práticas de sustentabilidade. Cada país tem suas próprias dinâmicas e desafios específicos em relação à sustentabilidade, e a comparação das taxas de divulgação entre eles permite identificar tendências regionais e avaliar o progresso ao longo do tempo.

Além disso, esta análise pode ser uma ferramenta poderosa para governos, organizações não governamentais e empresas que buscam promover práticas sustentáveis na região. Ela destaca as diferenças e semelhanças entre os países em termos de transparência e prestação de contas relacionadas à sustentabilidade, possibilitando a identificação de melhores práticas e áreas que exigem maior atenção e esforço.

Em resumo, podemos ver que os países mencionados na tabela desempenham um papel crucial na compreensão da paisagem da sustentabilidade na América Latina, forneceram *insights* importantes sobre a evolução das práticas de divulgação e ajudando a orientar treinamentos futuros em direção a um desenvolvimento mais sustentável na região.

A análise dos dados apresentados na tabela 2 revela altas taxas de relatório em todas as regiões mencionadas. Vamos analisar cada país/região individualmente:

Tabela 2 - Taxas de relatórios de sustentabilidade: países com taxas acima de 90% em 2020

Países	Taxa ano 2017	Taxa ano 2020	Definição
JAPÃO	99%	100%	Isso indica uma melhoria significativa na cobertura de relatório durante esse período
MÉXICO	90%	100%	Assim como o Japão, o México apresentou uma melhoria notável na cobertura de reporte
MALÁSIA	97%	99%	Embora o aumento não seja tão significativo quanto em outros países, ainda há uma alta proporção de relatório na Malásia

ÍNDIA	99%	98%	Apesar da pequena queda, a Índia ainda mantém uma alta taxa de relatório
ESTADOS UNIDOS	92%	98%	Esse aumento mostra um esforço para melhorar a cobertura de reportagem no país
SUÉCIA	88%	98%	A Suécia demonstra um progresso significativo na cobertura de reporte ao longo do tempo
ESPAÑHA	87%	98%	Assim como outros países, a Espanha apresentou um aumento notável na cobertura de reportagem
FRANÇA	94%	97%	Apesar da pequena queda, a França ainda possui uma taxa alta de relatório
ÁFRICA DO SUL	92%	96%	Embora tenha ocorrido uma pequena queda, a África do Sul mantém uma taxa considerável de relatório.
REINO UNIDO	99%	94%	Essa queda indica uma redução na cobertura de cobertura

Fonte: Elaboração própria.

Durante a pesquisa notou-se que os países citados na Tabela 3 possuem taxas de relatórios de sustentabilidade superiores a 90% em 2020, fornece uma visão esclarecedora do progresso dessas nações que não diz respeito à divulgação de informações relacionadas à sustentabilidade.

Em resumo, esta análise ressalta o avanço notável de muitos países na prática de divulgação de relatórios de sustentabilidade, diminuindo um reconhecimento crescente da importância da responsabilidade corporativa. Contudo, é de suma relevância salientar que, embora esses números revelem tendências positivas, uma investigação mais profunda é necessária para compreender as causas subjacentes das variações nas taxas de relatório e sua clareza com os esforços concretos empreendidos em cada nação.

Esse resultado destaca o progresso significativo observado em muitos países em relação à prática de divulgação de relatórios de sustentabilidade, o que reflete um reconhecimento crescente da importância da responsabilidade corporativa. No entanto,

sublinha que, embora os números revelem tendências positivas, é essencial realizar uma investigação mais aprofundada para compreender as causas subjacentes das variações nas taxas de relatório e como essas variações se relacionam com os esforços concretos empreendidos em cada nação. Em outras palavras, os números fornecem um panorama geral, mas uma análise mais detalhada é necessária para entender completamente o cenário e as razões por trás das tendências observadas.

Ao analisar os dados (N100) apresentados na Tabela 3, que mostram as taxas de relatório acima de 70% em quase todos os setores pesquisados em 2020, podemos observar as seguintes informações:

Tabela 3 - Taxas de relatórios de sustentabilidade por setores acima de 70%

Setores	Taxa ano 2017	Taxa ano 2020	Definição
Tecnologia, mídia e telecomunicação	79%	84%	Esse setor mostrou uma melhoria consistente na cobertura de relatório ao longo desses três anos.
Mineração	80%	84%	Esse setor mostrou uma estabilidade na cobertura de reporte durante esse período
Automotivo	79%	83%	Houve uma melhoria significativa na cobertura de reporte nesse setor.
Petróleo e Gás	99%	98%	Apesar da pequena queda, a Índia ainda mantém uma alta taxa de relatório
Produtos Químicos	81%	80%	Apesar da pequena queda, a cobertura de relatório nesse setor ainda é alta
Papel e Celulose	77%	80%	Houve uma melhoria na cobertura de reporte nesse setor.
Serviços públicos	74%	78%	Esse setor demonstrou uma melhoria consistente na cobertura de relatório ao longo do tempo
Manufaturas e Metais	68%	78%	Esse setor mostrou uma melhoria notável na cobertura de relatório.
Bens de uso pessoal	70%	77%	Houve uma melhoria na cobertura de reporte nesse setor
Alimentos e Bebidas	73%	73%	Não houve mudanças significativas na cobertura de reporte nesse setor
Saúde	76%	72%	Houve uma queda na cobertura de reporte nesse setor
Construção	69%	72%	Não houve mudanças significativas na cobertura de reporte nesse setor

Fonte: Elaboração própria.

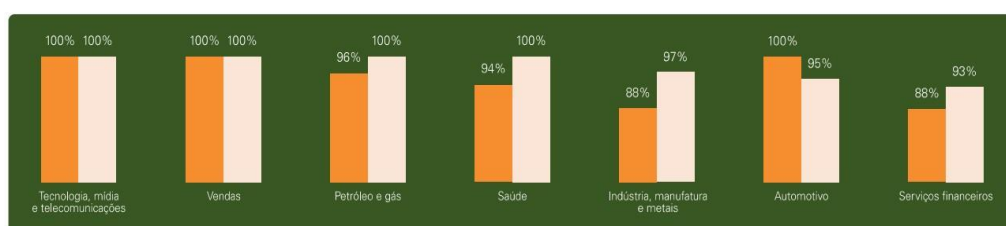
Com base nos dados apresentados é que diferentes setores da indústria apresentam padrões variados em relação à cobertura de relatórios de sustentabilidade. Alguns setores, como Tecnologia, Mineração, Automotivo, Papel e Celulose, Serviços Públicos e Manufaturas e Metais, fornecem melhorias notáveis na cobertura de relatórios ao longo do tempo. Por outro lado, setores como Alimentos e Bebidas, Saúde e Construção mantiveram taxas de relatórios relativamente relevantes, sem mudanças significativas. É importante observar que a análise aponta uma queda na cobertura de relatórios no setor de saúde.

Esses resultados indicam que diferentes setores têm abordagens distintas em relação à divulgação de informações relacionadas à sustentabilidade. As melhorias observadas em

alguns setores podem refletir um reconhecimento crescente da importância da responsabilidade corporativa e da transparência ambiental e social. No entanto, a queda em outros setores, como a Saúde, sugere que existem desafios específicos ou mudanças nas prioridades em relação à divulgação de relatórios de sustentabilidade. Portanto, uma análise mais aprofundada é necessária para entender as razões por trás dessas tendências e como elas se relacionam com os esforços específicos empreendidos em cada setor.

Já na figura 2 podemos observar a taxa dos relatórios por setor, que fez uso de 250 empresas da G250.

Figura 2: Relatórios por Setor



Fonte: Estudo dos relatórios KPMG 2020.

E, por fim, na figura 3 temos as taxas de divulgação por setor da LATAM, que utilizou 579 empresas N100.

Figura 3: Taxas de divulgação por setor



Fonte: Estudo dos relatórios KPMG 2020.

A GRI (Global Reporting Initiative) é o padrão de relatório mais utilizado na América Latina. A análise dos dados da visão referenciada GRI oferece uma visão abrangente do desempenho das organizações em relação à sustentabilidade e pode auxiliar na compreensão de suas práticas e estratégias relacionadas a questões sociais, ambientais e respiratórias (Islam; Rahman; Kazi, 2017). Esses relatórios desempenham um papel fundamental na transparência e na prestação de contas das organizações em relação aos seus esforços e esforços em busca de um desenvolvimento mais sustentável (Yadava; Sinha, 2016).

Porém, poucas empresas atualmente reportam os riscos a perda a biodiversidade, conforme demonstra na figura 4:

Figura 4: Índices de perda da biodiversidade



Fonte: Estudo dos relatórios KPMG (2020).

Os setores de maior risco, como construção, eletricidade, alimentos e medicamentos, produção de alimentos, papel e celulose, hotelaria e turismo, mineração, petróleo e gás, serviços, tem desafios mais importantes relacionados à sustentabilidade devido à natureza de suas operações e ao impacto potencial ambiental e social. Por outro lado, os setores de risco médio, como bebidas, produtos químicos, serviços financeiros, vendas, têxteis e artigos domésticos, produtos de cuidado e higiene pessoal, farmacêuticos, serviços, tabacos e transportes, também questões de sustentabilidade, mas enfrentam em menor escala.

Com base no exposto, percebe-se que os relatórios de sustentabilidade corporativa têm o potencial de promover o desenvolvimento interno, ao proporcionar um alinhamento organizacional e auxiliar as empresas na identificação e correção de práticas inadequadas na cadeia de suprimentos (García-Sánchez *et al.*, 2019). No entanto, o objetivo primordial desses relatórios é reduzir a assimetria de informações entre a empresa e seus *stakeholders*, legitimando a resposta às demandas desses atores (Gilani; Blanco; De La Fuente, 2017) e demonstrando o compromisso da empresa com a sustentabilidade (Okongwu; Morimoto; Lauras, 2013).

Os principais *stakeholders* abrangem clientes, colaboradores, reguladores, investidores, concorrentes e organizações da sociedade civil (ONGs) (Miniaou; Chibani; Hussainey, 2019) (Hahn *et al.*, 2015; Tate; Ellram; Kirchoff, 2010). A interação eficaz com esses grupos de interesse não apenas reduz os riscos legais e financeiros enfrentados pelas empresas, mas também aprimora sua negociação no mercado. Assim, os relatórios de sustentabilidade não são apenas uma ferramenta de prestação de contas, mas também uma maneira estratégica de melhorar o desempenho e a percepção das empresas em relação à sustentabilidade (Rashidfarokhi *et al.*, 2018).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Uma análise aprofundada dos relatórios de sustentabilidade das empresas na América Latina revela um cenário em que a Responsabilidade Social Corporativa (RSC) desempenha um papel central na condução de práticas ambientais, sociais e de governança (ESG) na região. As empresas que adotam e integram a forma efetiva dessas práticas demonstram uma clara preocupação com uma série de questões cruciais, incluindo as mudanças climáticas, a gestão sustentável dos recursos naturais, a promoção dos direitos humanos e a melhoria da governança corporativa.

Essa integração abrangente de práticas de ESG nas operações empresariais está intimamente relacionada com a capacidade de mitigar e gerenciar os riscos associados às mudanças climáticas. Essas práticas não se limitam apenas às análises financeiras tradicionais, mas abrangem uma gama diversificada de indicadores não financeiros que possibilitam uma avaliação mais holística do compromisso e das ações das empresas em relação aos aspectos ambientais, sociais e de governança.

Não que diz respeito às mudanças climáticas, por exemplo, as empresas que incorporam práticas de ESG implementam frequentemente medidas de redução das emissões de carbono, adotam fontes de energia renovável e procuram estratégias de negócios mais sustentáveis. Essas iniciativas não apenas ajudam a mitigar os riscos financeiros associados às mudanças climáticas, como também são relevantes para a construção de uma imagem corporativa e para a conquista da confiança positiva de partes interessadas críticas, como investidores, clientes e órgãos reguladores.

Em resumo, os relatórios de sustentabilidade nas empresas da América Latina não são apenas uma mera formalidade, mas uma evidência clara do compromisso crescente das organizações com o RSC e a integração eficaz de práticas de ESG. Essa tendência não apenas promove uma gestão empresarial mais responsável e sustentável, mas também permite que às empresas enfrentem os desafios complexos e interconectados do mundo atual, consolidando sua posição como agentes de mudança positiva na região.

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), definidos pela Assembleia Geral das Nações Unidas, desempenham um papel importante na orientação das políticas e ações das empresas na América Latina. Os ODS representam uma mudança histórica para a ONU, buscando integrar o desenvolvimento econômico e social com a sustentabilidade ambiental.

A divulgação por meio de relatório de sustentabilidade é uma prática essencial para as empresas comunicarem seus impactos sociais e ambientais às partes interessadas. Os relatórios de sustentabilidade oferecem transparência nas práticas comerciais, promovem a confiança dos investidores e criam para uma imagem positiva da organização perante os *stakeholders*.

A análise dos dados revelou que a taxa de relatório de sustentabilidade nas empresas da América Latina tem variado nos últimos anos, com alguns países mostrando melhorias na cobertura de relatórios. No entanto, ainda há espaço para avanços em alguns países, que apresentam taxas mais baixas de divulgação.

Esta pesquisa contribui para a compreensão do impacto da RSC nas práticas ambientais, sociais e de governança na América Latina e destaca a importância da divulgação na divulgação das ações das empresas em relação aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Essas informações são essenciais para avaliar o progresso e a eficácia das medidas adotadas pelas empresas para enfrentar os desafios socioambientais na região.

Em resumo, o impacto da responsabilidade social corporativa nas práticas ambientais, sociais e de governança na América Latina é evidente. As empresas estão adotando práticas de RSC, integrando o ESG em suas estratégias, alinhando-se aos ODS e divulgando informações por meio de relatório de sustentabilidade. Essas ações têm o potencial de apoiar o desenvolvimento sustentável na região e contribuir para um futuro mais equilibrado e responsável e para pesquisas futuras fica de sugestão de avaliar o impacto das práticas de RSC e ESG nas áreas ambientais, sociais e de governança em empresas da América Latina.

REFERÊNCIAS

- Abdul Rahman, R., & Alsayegh, M. F. (2021). Determinants of corporate environment, social and governance (ESG) reporting among Asian firms. *Journal of Risk and Financial Management*, 14(4), 167. DOI: <https://doi.org/10.3390/jrfm14040167>
- Abeysekera, I. (2022). A framework for sustainability reporting. *Sustainability Accounting, Management and Policy Journal*, 13(6), 1386-1409. DOI: <https://doi.org/10.1108/SAMPJ-08-2021-0316>
- Abhayawansa, S., & Adams, C. (2021). Towards a conceptual framework for non-financial reporting inclusive of pandemic and climate risk reporting. *Meditari Accountancy Research*, 30(3), 710-738. DOI: <https://doi.org/10.1108/MEDAR-11-2020-1097>
- Aboud, A., & Diab, A. (2018). The impact of social, environmental and corporate governance disclosures on firm value: Evidence from Egypt. *Journal of Accounting in Emerging Economies*, 8(4), 442-458. DOI: <https://doi.org/10.1108/JAEE-08-2017-0079>
- Albuquerque de Melo, L. S., & Nóbrega Barbosa, M. de F. (2023). Análise dos ODS divulgados nos relatórios de sustentabilidade das empresas com alto potencial poluidor, integrantes do setor de Petróleo, Gás e Biocombustível da B3. *REUNIR Revista de Administração Contabilidade e Sustentabilidade*, 13(1), 77-94. DOI: [10.18696/reunir.v13i1.1556](https://doi.org/10.18696/reunir.v13i1.1556)
- Atkins, B. (2020). Demystifying ESG: Its history & current status. *Forbes Markets*. [Link](#)
- Aversano, N., et al. (2022). Corporate social responsibility, stakeholder engagement, and

universities. *Administrative Sciences*, 12(3), 79. DOI: <https://doi.org/10.3390/admsci12030079>

Bahri, S., & Cahyani, F. A. (2017). Pengaruh Kinerja Lingkungan Terhadap Corporate Financial Performance Dengan Corporate Social Responsibility Disclosure Sebagai Variabel Intervening (Studi Empiris Pada Perusahaan Manufaktur Yang Terdaftar Di Bei). *Ekonika: Jurnal Ekonomi Universitas Kadiri*, 1(2). DOI: [10.30737/ekonika.v1i2.11](https://doi.org/10.30737/ekonika.v1i2.11)

Bardin, L. (2011). *Análise de conteúdo*. São Paulo: Edições.

Baumgartner, R. J. (2013). Managing corporate sustainability and CSR: A conceptual framework combining values, strategies and instruments contributing to sustainable development. *Corporate Social Responsibility and Environmental Management*, 21(5), 258-271. DOI: <https://doi.org/10.1002/csr.1336>

Bebbington, J., & Unerman, J. (2018). Achieving the United Nations Sustainable Development Goals: an enabling role for accounting research. *Accounting, Auditing & Accountability Journal*, 31(1), 2-24. DOI: <https://doi.org/10.1108/AAAJ-05-2017-2929>

Bebbington, J., & Unerman, J. (2020). Advancing research into accounting and the UN sustainable development goals. *Accounting, Auditing & Accountability Journal*, 33(7), 1657-1670. DOI: <https://doi.org/10.1108/AAAJ-05-2020-4556>

Berning, S. C. (2019). The role of multinational enterprises in achieving sustainable development-the case of Huawei. *European Journal of Sustainable Development*, 8(3), 194-194. DOI: doi.org/10.14207/ejsd.2019.v8n3p194

Beyne, J., Visser, W., & Allam, I. (2021). Sustainability reporting in the Antwerp port ecosystem, Belgium: understanding the relationship between reporting on the sustainable development goals and integrated thinking. *Frontiers in Sustainability*, 2, 689739. DOI: doi.org/10.3389/frsus.2021.689739

Bhagat, S., & Bolton, B. (2008). Corporate governance and firm performance. *Journal of Corporate Finance*, 14(3), 257-273. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.jcorpfin.2008.03.006>

Biermann, F., et al. (2022). Scientific evidence on the political impact of the Sustainable Development Goals. *Nature Sustainability*, 5(9), 795-800. DOI: <https://doi.org/10.1038/s41893-022-00909-5>

Biermann, F., Kanie, N., & Kim, R. E. (2017). Global governance by goal-setting: the novel approach of the UN Sustainable Development Goals. *Current Opinion in Environmental Sustainability*, 26, 26-31. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.cosust.2017.01.010>

Board, Financial Stability. (2017). Recommendations of the task force on climate-related financial disclosures. Disponível em: <https://apo.org.au/node/97651>

Brooks, C., & Oikonomou, I. (2018). The effects of environmental, social and governance disclosures and performance on firm value: A review of the literature in accounting and

finance. *The British Accounting Review*, 50(1), 1-15. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.bar.2017.11.005>

Careon, L. H., & Silva, S. F. da. (2010). Sustentabilidade ambiental nas organizações: Sustentabilidade empresarial para a micro e pequena empresa. In: Seminário de Administração da FEA USP, São Paulo, SP, Brasil, v. 13. Anais. Disponível em: <https://sistema.semead.com.br/13semead/resultado/trabalhosPDF/482.pdf>

Conceição, S. H. da, et al. (2011). Fatores determinantes no disclosure em Responsabilidade Social Corporativa (RSC): um estudo qualitativo e quantitativo com empresas listadas na Bovespa. *Gestão & Produção*, 18(3), 461–472. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-530X2011000300002>

De Silva Lokuwaduge, C. S., & De Silva, K. (2020). Emerging corporate disclosure of environmental social and governance (ESG) risks: An Australian study. *Australasian Accounting, Business and Finance Journal*, 14(2), 35-50. DOI: 10.14453/aabfj.v14i2.4

Demaria, S., & Rigot, S. (2021). Corporate environmental reporting: Are French firms compliant with the Task Force on Climate Financial Disclosures' recommendations? *Business Strategy and the Environment*, 30(1), 721-738.

Dinu, V. (2010). Commercial activity and the sustainable development. *The Amfiteatru Economic Journal*, 12(27), 5-7.

Eliwa, Y., Aboud, A., & Saleh, A. (2021). ESG practices and the cost of debt: Evidence from EU countries. *Critical Perspectives on Accounting*, 79, 102097.

Galbreath, J. (2013). ESG in focus: The Australian evidence. *Journal of Business Ethics*, 118, 529-541.

Gao, S., et al. (2021). Mapping and clustering analysis on environmental, social and governance field: a bibliometric analysis using Scopus. *Sustainability*, 13(13), 7304.

García-Sánchez, I. M., Suárez-Fernández, O., & Martínez-Ferrero, J. (2019). Female directors and impression management in sustainability reporting. *International Business Review*, 28(2), 359-374.

Gilani, G., Blanco, A., & De La Fuente, A. (2017). A new sustainability assessment approach based on stakeholder's satisfaction for building facades. *Energy Procedia*, 115, 50-58.

GRI - Global Reporting Initiative. (Acesse o site em 2 de junho de 2023)

Hahn, T., et al. (2015). Tensions in corporate sustainability: Towards an integrative framework. *Journal of Business Ethics*, 127, 297-316.

Hummel, K., Schlick, C., & Fifka, M. (2019). The role of sustainability performance and accounting assurors in sustainability assurance engagements. *Journal of Business Ethics*, 154, 733-757.

- Iamandi, I., et al. (2019). Mapping the ESG behavior of European companies: A holistic Kohonen approach. *Sustainability*, 11(12), 3276.
- Islam, G. M. S., Rahman, M. H., & Kazi, N. (2017). Waste glass powder as a partial replacement of cement for sustainable concrete practice. *International Journal of Sustainable Built Environment*, 6(1), 37-44.
- Izzo, M. F., Ciaburri, M., & Tiscini, R. (2020). The challenge of sustainable development goal reporting: The first evidence from Italian listed companies. *Sustainability*, 12(8), 3494.
- KPMG Impact. (2020). The time has come: The KPMG survey of sustainability reporting 2020.
- Lehtonen, M. (2004). The environmental–social interface of sustainable development: capabilities, social capital, institutions. *Ecological Economics*, 49(2), 199-214.
- Lloret, A. (2016). Modeling corporate sustainability strategy. *Journal of Business Research*, 69(2), 418-425.
- Lu, H. (2016). The 'legalization' of corporate social responsibility: Hong Kong experience on ESG reporting. *Asia Pacific Law Review*, 24(2), 123-148.
- Maryanti, E., & Fithri, W. N. (2017). Corporate Social Responsibility, Good Corporate Governance, Kinerja Lingkungan Terhadap Kinerja Keuangan Dan Pengaruhnya Pada Nilai Perusahaan. *Journal of Accounting Science*, 1(1), 21-37.
- Miniaoui, Z., Chibani, F., & Hussainey, K. (2019). The impact of country-level institutional differences on corporate social responsibility disclosure engagement. *Corporate Social Responsibility and Environmental Management*, 26(6), 1307-1320. DOI: <https://doi.org/10.1002/csr.1748>
- Miralles-Quiros, M. del M., Miralles-Quiros, J. L., & Arraiano, I. G. (2017). Sustainable development, sustainability leadership, and firm valuation: Differences across Europe. *Business Strategy and the Environment*, 26(7), 1014-1028. DOI: <https://doi.org/10.1002/bse.1964>
- Morioka, S. N., & de Carvalho, M. M. (2016). A systematic literature review towards a conceptual framework for integrating sustainability performance into business. *Journal of Cleaner Production*, 136, 134-146. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.jclepro.2016.01.104>
- Nicolò, G., et al. (2022). Revealing the corporate contribution to sustainable development goals through integrated reporting: a worldwide perspective. *Social Responsibility Journal*, ahead-of-print. DOI: 10.1108/SRJ-09-2021-0373
- Nikolaeva, R., & Bicho, M. (2011). The role of institutional and reputational factors in the voluntary adoption of corporate social responsibility reporting standards. *Journal of the Academy of Marketing Science*, 39, 136-157. DOI: <https://doi.org/10.1007/s11747-010-0214-5>

Nițescu, D.-C., & Cristea, M.-A. (2020). Environmental, Social, and Governance Risks – New Challenges for the Banking Business Sustainability. *Amfiteatru Economic*, 22(55), 692-706. DOI: 10.24818/EA/2020/55/692

North, K. (1992). *Environmental business management: An introduction*. Genebra, Suíça: International Labour Organization.

Okongwu, U., Morimoto, R., & Lauras, M. (2013). The maturity of supply chain sustainability disclosure from a continuous improvement perspective. *International Journal of Productivity and Performance Management*, 62(8), 827-855. DOI: <https://doi.org/10.1108/IJPPM-02-2013-0032>

Petrescu, D. C., Vermeir, I., & Petrescu-Mag, R. M. (2020). Consumer understanding of food quality, healthiness, and environmental impact: A cross-national perspective. *International Journal of Environmental Research and Public Health*, 17(1), 169. DOI: <https://doi.org/10.3390/ijerph17010169>

Rashidfarokhi, A., et al. (2018). Social sustainability tool for assessing land use planning processes. *European Planning Studies*, 26(6), 1269-1296. DOI: <https://doi.org/10.1080/09654313.2018.1461811>

Rashidfarokhi, A., et al. (2018). Social sustainability tool for assessing land use planning processes. *European Planning Studies*, 26(6), 1269-1296. DOI: <https://doi.org/10.1080/09654313.2018.1461811>

Rossignoli, M., Castilho, V. R., & Oliveira, B. B. de. (2020). Sustentabilidade Fiscal do Estado e Desenvolvimento Econômico: Discussões para o Estabelecimento da Competitividade e Desenvolvimento. *Revista Inteligência Competitiva*, 9(4), 163–174. DOI: 10.24883/lberoamericanIC.v9i4.360

Rossignoli, M., Castilho, V. R., & Oliveira, B. B. de. (2020). Sustentabilidade Fiscal do Estado e Desenvolvimento Econômico: Discussões para o Estabelecimento da Competitividade e Desenvolvimento. *Revista Inteligência Competitiva*, 9(4), 163–174. DOI: 10.24883/lberoamericanIC.v9i4.360

Santos, M. J., & Silva Bastos, C. (2021). The adoption of sustainable development goals by large Portuguese companies. *Social Responsibility Journal*, 17(8), 1079-1099. ISSN: 1747-1117.

Santos, M. J., & Silva Bastos, C. (2021). The adoption of sustainable development goals by large Portuguese companies. *Social Responsibility Journal*, 17(8), 1079-1099. ISSN: 1747-1117.

Shoaf, V., Jermakowicz, E. K., & Epstein, B. J. (2018). Toward Sustainability and Integrated Reporting. *Review of Business: Interdisciplinary Journal on Risk and Society*, 38(1). Recuperado de <https://ignited.s3.amazonaws.com/s3fs-public/BUS-00394-01.pdf>

Shoaf, V., Jermakowicz, E. K., & Epstein, B. J. (2018). Toward Sustainability and Integrated

Reporting. *Review of Business: Interdisciplinary Journal on Risk and Society*, 38(1). Recuperado de <https://ignited.s3.amazonaws.com/s3fs-public/BUS-00394-01.pdf>

Sudiyatno, B., et al. (2020). Determinants of firm value and profitability: Evidence from Indonesia. *The Journal of Asian Finance, Economics and Business (JAFEB)*, 7(11), 769-778. DOI: 10.13106/jafeb.2020.vol7.no11.769. Recuperado de https://www.researchgate.com/publication/346706957_Determinants_of_Firm_Value_and_Profitability_Evidence_from_Indonesia

Sudiyatno, B., et al. (2020). Determinants of firm value and profitability: Evidence from Indonesia. *The Journal of Asian Finance, Economics and Business (JAFEB)*, 7(11), 769-778. DOI: 10.13106/jafeb.2020.vol7.no11.769. Recuperado de https://www.researchgate.com/publication/346706957_Determinants_of_Firm_Value_and_Profitability_Evidence_from_Indonesia

Tate, W. L., Ellram, L. M., & Kirchoff, J. F. (2010). Corporate social responsibility reports: A thematic analysis related to supply chain management. *Journal of Supply Chain Management*, 46(1), 19-44. DOI: <https://doi.org/10.1111/j.1745-493X.2009.03184.x>

Tate, W. L., Ellram, L. M., & Kirchoff, J. F. (2010). Corporate social responsibility reports: A thematic analysis related to supply chain management. *Journal of Supply Chain Management*, 46(1), 19-44. DOI: <https://doi.org/10.1111/j.1745-493X.2009.03184.x>

Valencia-Arias, J. A., & Marulanda-Valencia, F. Á. (2019). Evolución y tendencias investigativas en autoeficacia emprendedora: Un análisis bibliométrico. *Estudios Gerenciales*, 35(151), 219-232. DOI: <https://doi.org/10.18046/-j.estger.2019.151.3277>. Recuperado de <https://www.redalyc.org/journal/212/21261362006/html/>

Van der Waal, J. W. H., & Thijsens, T. (2020). Corporate involvement in sustainable development goals: Exploring the territory. *Journal of Cleaner Production*, 252, 119625. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.jclepro.2019.119625>

Van der Waal, J. W. H., & Thijsens, T. (2020). Corporate involvement in sustainable development goals: Exploring the territory. *Journal of Cleaner Production*, 252, 119625. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.jclepro.2019.119625>

Van Duuren, E., Plantinga, A., & Scholtens, B. (2015). ESG integration and the investment management process: Fundamental investing reinvented. *Journal of Business Ethics*, 138, 525-533. DOI: <https://doi.org/10.1007/s10551-015-2610-8>

Van Zanten, J. A., & Van Tulder, R. (2018). Multinational enterprises and the Sustainable Development Goals: An institutional approach to corporate engagement. *Journal of International Business Policy*, 1, 208-233. DOI: <https://doi.org/10.1057/s42214-018-0008-x>

Van Zanten, J. A., & Van Tulder, R. (2018). Multinational enterprises and the Sustainable Development Goals: An institutional approach to corporate engagement. *Journal of International Business Policy*, 1, 208-233. DOI: <https://doi.org/10.1057/s42214-018-0008-x>